

CONSUMO DE CARNES E CIDADANIA: Uma análise a partir da “Segunda sem Carne” em Teresina-PI

Dayanne Batista **SAMPAIO**

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Docente do Curso de graduação da Universidade Federal do Piauí. Departamento de Psicologia.

dayannepsisampaio@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/4847047684256621>

Denis Barros de **CARVALHO**

Doutor em Psicologia Social. Docente dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Piauí. Departamento de Ciências da Educação.

denispsi@bol.com.br

<http://lattes.cnpq.br/6114958483289396>

RESUMO: Em decorrência das discussões sobre a crise ambiental, algumas estratégias têm sido propostas para a reorientação da relação homem-ambiente. Nesse contexto, o consumo tornou-se temática de discussão, com ações que visam iniciar um processo de percepção que tome como elemento a cidadania. Relacionando consumo de carnes e percepção ambiental, tem-se o seguinte problema: qual(is) a(s) percepção(ões) dos consumidores acerca dos impactos ambientais da produção e do consumo de carnes? Objetivou-se neste artigo compreender como consumidores percebem e avaliam a “Segunda sem Carne” enquanto proposta politizadora e ambiental. Optou-se pelas técnicas de grupo focal exploratório e entrevista individual em profundidade para a obtenção das informações e pela análise de conteúdo temática para análise do material. Puderam-se verificar resistências relativas à adoção da Segunda sem Carne, pois existem dúvidas quanto ao seu caráter educativo. Além disso, há contradições entre os participantes relacionadas à necessidade dessa discussão frente aos problemas existentes na sociedade.

Palavras-chave: Consumo. Cidadania. Consumo de Carnes. Percepção Ambiental. Segunda sem Carne.

MEAT CONSUMPTION AND CITIZENSHIP: an analysis about the “Monday without Meat” in Teresina-PI

ABSTRACT: As a result of discussions about the environmental crisis, some strategies have been proposed to the reorientation of the human-environment relationship. In this context, consumption has become topic of discussion, with actions aimed at starting a process of perception to take as part of citizenship. Relating meat consumption and environmental awareness, we have the following problem: what are the perception of consumers about the environmental impacts of production and consumption of meat? The aim of this article to understand how consumers perceive and evaluate the “Monday without meat” as politicizing and environmental proposal. We have made the option for the exploratory focus group techniques and individual in-depth interviews to obtain information and for thematic content analysis to analyze the material. It has been found a resistance related to the adoption of Monday without Meat as well as there are doubts about its educational character. In addition, there are contradictions among the participants related to the need of this discussion towards the existing problems in society.

Keywords: Consumption. Citizenship. Meat Consumption. Environmental Awareness. Monday without Meat.

CONSUMO DE CARNES Y CIUDADANÍA: un análisis a partir de la “Lunes sin Carne” en Teresina-PI

RESUMEN: Como resultado de las discusiones sobre la crisis del medio ambiente, se han propuesto algunas estrategias para la reorientación de la relación humano-ambiental. En este contexto, el consumo se convirtió en tema de discusión, con acciones dirigidas a iniciar un proceso de percepción de la cuestión como parte de la temática ciudadanía. Reconectar el consumo de carne y la conciencia ambiental, presentase el siguiente problema: ¿cuál (s) a (s) percepción (s) de los consumidores acerca de los impactos ambientales de la producción y el consumo de carne? El objetivo de este artículo es entender cómo los consumidores perciben y evalúan el “Lunes sin Carne”, como la politización y la propuesta del medio ambiente. Optamos por las técnicas de grupos focales exploratorios y entrevista individuales en profundidad para obtener la información y el análisis de contenido para procesar el material. Podría verse resistencia a la adopción de la Segunda sin carne porque hay dudas en cuanto a su carácter educativo. Además, hay contradicciones entre los participantes en relación a la necesidad discusión de la cuestión de lo consumo de la carne.

Palavras claves: Consumo. Ciudadanía. Consumo de Carne. Percepción Ambiental; “Lunes sin Carne”.

INTRODUÇÃO

A alimentação evidencia-se hoje como um dos campos mais abordados sobre o desenvolvimento humano e social. As possibilidades de discussão são inúmeras e envolvem diferentes aspectos. Partindo do pressuposto de que a alimentação se apresenta enquanto necessidade biológica e social, constitui também um campo de discussão ético-político.

Nessa perspectiva, pode-se falar do homem enquanto ser consciente para além de uma existência particular e privada, um processo por meio do qual o homem se articula com a realidade e se reconhece enquanto ser político e transformador dessa realidade. Encontra-se com o exercício da cidadania porque se vê intrínseco ao mundo. Ao contrário da noção de cidadania, como se aferiu à dogmática jurídica no exercício e nas práticas do poder estatal, que aprisiona sua dimensão reflexiva e seu potencial político, apreendendo uma verdade fora do cidadão e abrindo uma lacuna entre o sujeito e seu papel político (BERTASO, 2007).

Compreendendo que “a maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada, primeiro e acima de tudo, pelo dever de desempenhar o papel de consumidor” (BAUMAN, 2007, p. 88) e que a alimentação vem ocupando espaço significativo no contexto do consumo, verifica-se que o debate sobre consumo alimentar alcança uma esfera ampla, constituindo-se como uma questão ambiental. Portanto, entende-se que a relação entre consumo alimentar e meio ambiente não é apenas uma questão de escolha individual ou de políticas públicas, mas envolve diferentes setores e atores sociais no sentido de ampliar as maneiras de fazer política (PORTILHO, 2005).

Em vista disso, faz-se necessário uma reconstrução da noção de cidadania em que o homem resgate a sua essência política e que a cidadania assuma seu caráter coletivo, compreendendo não somente os direitos e deveres para com a geração atual, mas inclua os direitos das futuras gerações, caminhando para uma nova ética e assumindo, de fato, o campo de uma sociedade democrática (SILVA-SÁNCHEZ, 1999). Torna-se fundamental que haja uma educação em um sentido amplo visando à atuação política e ambiental do indivíduo, a fim de que suas decisões possam também contemplar a coletividade.

A questão ambiental não está mais restrita (e não deve ser) aos movimentos ambientalistas, ecológicos ou sociais, mas deve constituir-se como uma problemática e uma responsabilidade da sociedade global (GUATTARI, 2001). Assim é que a discussão sobre consumo começa a alcançar o debate político na sociedade, seja por meio do movimento de

ambientalistas ou de consumidores, que já apresentam iniciativas pondo em xeque o jogo de forças no qual predomina hoje o mercado (FONTENELLE, 2007).

Isso reforça ainda mais a relevância da sociedade civil em fazer parte das estratégias de cunho ambiental, por meio de ações de mobilização social, em âmbitos local, regional ou mundial a partir de instrumentos como as campanhas ambientais, tendo em vista que estas não devem ter como foco apenas os dirigentes, mas todos os atores sociais que podem mudar os seus hábitos e contribuir para a adoção de estilos de vida que impactem menos o ambiente. Em geral, as campanhas ambientais objetivam chamar atenção das pessoas acerca da sua responsabilidade sobre os impactos gerados no ambiente. São movimentos que se propõem a buscar alternativas de vida, de organização e de atuação política (PNUD, 2008).

Nesse cenário, destaca-se a campanha da “Segunda-feira sem Carne”, criada pelo governo dos Estados Unidos como uma medida de economia de recursos durante a Primeira Guerra Mundial. Em virtude do alto consumo de carnes, a campanha foi relançada em 2003 pela Escola de Saúde Pública Johns Hopkins Bloomberg, para promover a substituição de carnes um dia por semana com a proposta de beneficiar a saúde humana, do planeta e dos animais. Tal campanha visa trabalhar não somente no nível pessoal ou local, mas problematizar como as esferas pública e privada estão vinculadas a um contexto mais amplo (HSI, 2013).

Além dos Estados Unidos e do Reino Unido, a campanha foi lançada no Brasil, na cidade de São Paulo, em outubro de 2009, por meio de uma parceria da Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB) com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA) da prefeitura e, posteriormente, estendeu-se a vários outros municípios. A sugestão da segunda-feira como o dia sem carnes surge do fato de, frequentemente, consumir-se carnes em quantidades maiores durante o fim de semana, podendo instigar o consumo de comidas mais leves na segunda-feira. Além disso, há uma simbologia atrelada ao início da semana e à realização de metas ou novas iniciativas (ECOFIT CLUB, 2013).

O comer, enquanto atividade humana central não apenas por sua frequência, constante e necessária, é também a esfera onde se permite alguma escolha (MINTZ, 2001). Enquanto ato individualizado, é o ato de escolher o que se destina ao próprio corpo. Ao mesmo tempo, sendo uma manifestação social, interfere em todo um sistema. Ou, de outro modo, a alimentação, enquanto uma ação praticada amplamente e em conjunto, tem consequências que acabam por tomar perspectivas igualmente amplas (OLIVEIRA, 2009).

Por isso, abre-se espaço a uma politização do consumo, em que são feitas conexões entre valores e interesses vinculados a uma ideia de ordem pública, tendo atores do mercado como principais interlocutores por meio de eleições pessoais feitas de modo deliberado (ECHEGARAY, 2012).

Devido aos processos sociais, o consumo de carnes é inequivocamente vivido como pessoal. “A carne é sustentada como um item potente e insubstituível da alimentação.” (ADAMS, 2012, p. 68). Vale notar que no Brasil, o hábito de comer carnes variadas surgiu por meio dos portugueses, uma vez que os índios comiam, em maior parte, peixes. Quando utilizadas outras carnes, eram obtidas por meio da caça e não era alimento predileto. Tornou-se hábito necessário e herdado do período de escassez alimentar para complementar a dieta (CASCUDO, 2004).

Assim, foi a pecuária uma das grandes motivadoras para a adoção das carnes na cultura alimentar brasileira, ressaltando a carne-seca ou carne-de-sol, obtida a partir do método de salga que atendia às necessidades de conservação (ANDRADE, 2007). Também o Estado do Piauí sofreu grande influência da criação de gado, por apresentar-se como uma área potencialmente favorável à prática da pecuária, o que possibilitou a rápida expansão da atividade criatória e a sua grande representação na produção e consumo de carnes. Deste modo, o consumo de carne e leite não dependia da classe econômica, mas era costume diário da grande maioria dos piauienses e constituía a base alimentar da população (ALVES, 2003).

A carne-de-sol, derivada do excedente da carne bovina, passou a ser um dos pratos representativos da região Nordeste e do Piauí, devido a questões climáticas e ao nível econômico da população, transformando-se depois em uma prática cultural a partir do ato de salgar as carnes. Essa prática se estende até os dias atuais com as comidas típicas que têm como prato obrigatório a carne-de-sol e as demais comidas que contêm essa carne em sua composição (paçoca, maria isabel, escondidinho). Na cidade de Teresina, capital do Estado, os costumes alimentares também seguem essa tradição (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2009). Chama atenção também o fato de em Teresina, 26,6% da população consumir carne com gordura, o que não é recomendado pelos especialistas por implicar em questões de saúde (BRASÍLIA, 2015).

Nesse contexto, podem-se acrescentar as discussões sobre saúde e consumo de carnes no tocante aos alimentos processados. Pesquisas apontam essa problemática, uma vez que se torna cada vez mais comum a substituição de alimentos in natura por produtos industrializados e a adoção de carnes processadas (LARSSON; VIRTAMO; WOLK, 2011). A

partir disso, a discussão sobre consumo de carnes ganha relevância por seu aspecto relacionado à saúde do corpo. Mas até mesmo a ciência que propaga um discurso da alimentação saudável se rende às difusões realizadas pelo mercado, o qual, ao mesmo tempo, se apropria do conhecimento científico para estimular o consumo (COSTA, 2009).

Assim, enquanto percebido individual, doméstico e cotidiano, o consumo torna-se distante da esfera pública e, ainda mais, da questão ambiental. No que concerne ao ato de alimentar-se, há uma dificuldade de entender qual a contribuição concreta para o âmbito coletivo. Portanto, são também nos níveis local, doméstico e cotidiano, que devem ser iniciadas ações para poder superar a atual percepção (HSI, 2013).

Com o entendimento de que é preciso considerar tais níveis, a campanha ambiental “Segunda sem carne” no Piauí, foi proposta na cidade de Teresina-PI, por meio da Lei nº 4.411, de 17 de junho de 2013, de autoria da vereadora Teresa Britto, em cumprimento à Lei Municipal nº 4.221/2012, instituindo a campanha no calendário oficial de eventos da Capital. A Lei estabelece em seu art. 1º que o “Dia da Segunda sem Carne” será comemorado, anualmente, na primeira segunda-feira do mês de outubro, objetivando conscientizar as pessoas sobre os impactos causados pelo consumo de carnes, ao meio ambiente, à saúde humana e aos animais. São propostas palestras, debates, seminários e outros eventos neste dia, de modo a estimular as pessoas a mudarem padrões de consumo (TERESINA, 2013).

Contudo, sabe-se que algumas resistências podem surgir em relação à campanha, porque o consumo de carnes profundamente enraizado leva à oposição ou relutância dos consumidores de carne para reduzir o seu consumo, de forma que o desejo de comer carne parece ser muito difícil de superar. Do mesmo modo, a dieta e o estilo de vida parecem não merecer interferência política, porque fazê-lo seria uma violação da autonomia individual e de privacidade ou até mesmo uma violação de um direito humano, ou seja, direito de comer o que se quer (NORDGREN, 2012).

Atentando a esses aspectos e à possibilidade da Segunda sem Carne atuar como um agente indutor de uma politização do consumo alimentar, surge o interesse por esta discussão. Considerar como os consumidores visualizam os objetivos, a importância e os efeitos da Lei pode contribuir para o processo político a que se propõe. Portanto, este artigo aborda a Segunda sem Carne na cidade de Teresina, visando compreender como consumidores percebem e avaliam a iniciativa enquanto proposta politizadora e ambiental.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A partir da compreensão de que a realidade se dá *junto com* e *a partir* da perspectiva dos sujeitos e, com base na concepção de ser-no-mundo de Merleau-Ponty (1996) em que a percepção é uma abertura ao mundo, buscou-se adentrar no campo da percepção de consumidores enquanto agentes ambientais nas suas práticas alimentares.

Por haver o reconhecimento dos grupos focais como espaços privilegiados para alcançar concepções grupais acerca de uma determinada temática (BACKES et al., 2011), optou-se pela técnica de grupo focal como ferramenta primeira de obtenção de informações e pela entrevista individual em profundidade como complemento.

A técnica de grupo focal possibilita a identificação de sentimentos e opiniões de um grupo sobre um determinado assunto de maneira espontânea, sendo que a interação entre os sujeitos produz dados e *insights* que não seriam possíveis de outra forma (SMEHA, 2009). Para o aprofundamento do tema, escolheu-se a modalidade de grupo focal exploratório (VIRGÍNIO; NÓBREGA, 2012) e, para possibilitar as trocas, elaborações e o bom gerenciamento do grupo, fizeram-se grupos de seis participantes (DIAS, 2000). Realizaram-se quatro grupos a fim de garantir a quantidade e a variedade de informações para a questão em debate (GATTI, 2012).

Os critérios para a formação dos grupos surgiram a partir da consideração das dimensões que constituem a temática da alimentação abordadas na pesquisa (sociocultural, religiosa, econômica e ética). Todos os participantes foram consumidores que inserem carne na sua dieta alimentar e foram assim divididos: Grupo 1) estudantes/ambientalistas: dois estudantes de Mestrado e dois de Doutorado do Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí e dois ambientalistas; Grupo 2) universitários: estudantes de graduação das áreas de medicina, nutrição, biologia, agronomia, economia e filosofia da referida Universidade; Grupo 3) representantes dos segmentos religiosos ou filosóficos: adventista, católica, espírita, budista, umbanda e santo daime; Grupo 4) comunidade: usuários ativos de um grupo de alimentação saudável do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), representando pessoas da comunidade.

O primeiro grupo foi relevante por representar as discussões científicas e/ou políticas relacionadas às questões ambientais. O segundo permitiu relacionar a questão do acesso à formação superior e a possibilidade de reflexão sobre assuntos ambientais nas suas diversas

áreas. O terceiro grupo apontou para os aspectos religiosos enquanto constituintes de práticas alimentares. E o quarto grupo representou as práticas populares de consumo de carnes.

Conforme a disponibilidade e acesso, os Grupos 1 e 2 ocorreram na cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, onde se localizam os Programas de Mestrado e Doutorado, a sede do grupo de ambientalistas e uma maior diversidade de cursos de graduação. Os demais grupos foram realizados na cidade de Parnaíba, litoral do Estado, que também possui grande representação geográfica, econômica e social.

A opção pelas entrevistas como técnica complementar priorizou os participantes que pouco se expressaram durante o grupo ou que não conseguiram esclarecer suas opiniões por alguma dificuldade. A entrevista é um recurso importante para proporcionar aos atores sociais seu lugar de fala (LEOPARDI, 2001). Essa técnica também contemplou participantes que não puderam estar presentes na realização dos grupos, mas eram fundamentais para a pesquisa devido à sua particularidade, como os participantes dos Grupos 2 e 3.

Vale ressaltar que devido ao não comparecimento de um dos participantes, os Grupos 1 e 4 foram realizados apenas com cinco participantes, o que não inviabilizou sua concretização, pois é possível realizar um grupo focal até mesmo com quatro sujeitos (KITZINGER; BARBOUR, 2009), como ocorreu com o Grupo 3, havendo necessidade de realizar entrevista individual com os representantes dos segmentos católico e santo daime. Também foram feitas entrevistas com um participante de cada grupo, a fim de aprofundar informações. E ainda, foi importante realizar uma entrevista com a proponente da Segunda sem Carne da cidade de Teresina. Assim, a pesquisa contou com 23 sujeitos.

Para a realização das atividades, foram seguidos todos os critérios éticos propostos pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e ainda, todas as exigências relativas ao local e tempo disponibilizados para o desempenho dos grupos (GATTI, 2012).

Foram realizados dois encontros com cada grupo, variando entre uma hora e meia a duas horas de duração. O primeiro encontro compreendeu as percepções iniciais sobre o consumo de carnes enquanto prática cotidiana e comum entre os participantes, os significados associados a esse consumo e aspectos mais livres sobre o tema. O segundo encontro permitiu debater sobre os impactos ambientais advindos do consumo.

Como possibilidade prevista em um grupo focal exploratório, para estímulo e familiarização dos grupos com o tema da pesquisa, realizou-se, no segundo encontro, a exibição de uma versão editada do documentário “A Carne é Fraca”, produzido pelo Instituto Nina Rosa no ano de 2005. A fim de responder aos critérios da pesquisa com relação aos

objetivos, a edição do vídeo restringiu-se aos primeiros 15 minutos do documentário, que abordam questões relacionadas ao uso de água na produção de carnes, emissão de gases, desmatamento e queimadas, produção e consumo excessivos. A utilização desse recurso audiovisual apresentou-se viável facilitando a discussão.

Foram realizadas gravações em vídeo dos grupos e em áudio das entrevistas. O foco nas conversações foi importante não só para a compreensão da dinâmica do grupo em si, mas também, para enriquecer a análise (GATTI, 2012), a qual foi fundamentada no método de Análise de Conteúdo adotado por Minayo (2006), que reconhece a possibilidade de desvelar processos sociais, contemplando aspectos subjetivos e simbólicos que são parte integrante da realidade social. Optou-se pela Análise Temática, considerando as variantes que trabalham com significados em lugar de inferências estatísticas.

O procedimento de análise das informações se deu por meio de etapas, partindo de uma visão de conjunto para a elaboração de pressupostos iniciais e escolha de formas de classificação final e conceitos teóricos que orientavam a análise. Seguiu-se com a exploração do material em uma operação classificatória para encontrar categorias. Foram reagrupadas as partes dos textos por temas, intercalando-as com conclusões, estudos anteriores e conceitos. Por fim, foram propostas inferências e interpretações, elaborando-se uma síntese interpretativa e eixos de análise.

ALINHANDO DISCURSOS

A análise aqui proposta se alinha e se delinea a partir dos sujeitos desta pesquisa. O quadro 1 abaixo possibilita acesso às especificidades dos grupos componentes. Ressalta-se que a propositora da Segunda sem Carne em Teresina não compôs nenhum dos grupos, mas foi entrevistada e sua identificação na análise é expressa por meio da abreviação (EV, vereadora).

As percepções desses consumidores sobre a temática deste artigo são apresentadas em seguida por meio dos trechos das falas dos participantes, indicados em grifo e por meio das abreviações GF (grupo focal) e EV (entrevista) e intercalados com os recursos teóricos.

Compreensões sobre a “Segunda sem Carne” em Teresina

Inicialmente, pode-se questionar o porquê de uma lei que propõe um espaço político para pensar no que se come. De um lado, tem-se o fato de que as práticas alimentares têm sido comumente relacionadas às escolhas individuais, ao direito do indivíduo de decidir que

alimento insere na sua dieta ou de experimentar este ou aquele alimento. Pode-se retomar o que Barbosa (2009) explana sobre o aspecto central de que a alimentação possui um sentido prático relacionado à manutenção do corpo e à obtenção de prazer, embora esteja situada no campo da cultura e da coletividade, por meio dos significados sociais e da sociabilidade que o ato de comer proporciona.

Quadro 1: Informações sobre participantes

GRUPO 1 (Estudantes/ Ambientalistas)	GRUPO 2 (Religiosos/ Filosóficos)	GRUPO 3 (Universitários)	GRUPO 4 (Comunidade)
Masculino (M) 34 anos Engenharia (Doutorado) 36 meses de curso 8 salários mínimos Católico	Masculino (M) 49 anos Filosofia/Teologia Nenhuma Católico	Masculino (M) 19 anos Economia (5º período) 1 salário mínimo Católico	Masculino (M) 72 anos Ensino Fundamental (Incompleto) 1 salário mínimo Católico
Masculino (M) 25 anos Geografia (6º período) (Ambientalista) 1 salário mínimo Católico	Masculino (M) 45 anos Pedagogia (Concluído) 3 salários mínimos Adventista	Masculino (M) 21 anos Filosofia (8º período) 1,5 salários mínimos Ateu	Masculino (M) 83 anos Ensino Fundamental (Incompleto) 2 salários mínimos Católico
Masculino (M) 29 anos Jornalismo (8º período) (Ambientalista) 1 salário mínimo Católico	Masculino (M) 44 anos Ensino Médio 1,5 salários mínimos Budista	Masculino (M) 25 anos Nutrição (8º período) 5 salários mínimos Católico	Masculino (M) 50 anos Ensino Fundamental (Completo) 2 salários mínimos Evangélico
Feminino (F) 39 anos Biologia (Mestrado) 3 meses de curso 3 salários mínimos Católica	Masculino (M) 38 anos Psicologia 8 salários mínimos Santo Daime	Feminino (F) 21 anos Medicina (5º período) 10 salários mínimos Evangélica	Feminino (F) 69 anos Ensino Médio 2 salários mínimos Católica
Feminino (F) 25 anos Biologia (Mestrado) 16 meses de curso 2,5 salários mínimos Evangélica	Feminino (F) 57 anos Ensino Médio (Incompleto) 3,5 salários mínimos Espírita	Feminino (F) 24 anos Agronomia (8º período) 3 salários mínimos Católica	Feminino (F) 43 anos Superior 1,5 salários mínimos Católica
—	Feminino (F) 43 anos Técnico em Administração 1,5 salário mínimo Umbanda	Feminino (F) 21 anos Biologia (7º período) 3,5 salários mínimos Nenhuma	—

Fonte: Dados da pesquisa.

Por isso, um estranhamento à possibilidade de (re)pensar o consumo de carnes enquanto vivência da cidadania. Do mesmo modo, reconhecer uma lei que venha a interferir

nos hábitos alimentares, tendendo a uma resignificação e uma consciência ambiental é adentrar em uma esfera intocável.

Em Teresina-PI, a “Segunda sem Carne” ainda se encontra em seu processo de implementação e, portanto, apresenta-se envolta por dúvidas e desconhecimento de seus objetivos. Inspirada nos propósitos da sustentabilidade e em campanhas que surgiram no mundo, a Lei nº 4. 411, de 17 de junho de 2013, foi uma proposta da vereadora Teresa Britto, que expõe como principais motivações para sua proposição, a questão dos animais e a questão da saúde. Em decorrência disso, sabe-se que o ponto mais importante passa ser **“a sustentabilidade do planeta mesmo, porque quando você vai lá e pesquisa”**, percebe que tudo está interligado. É um processo de consciência (EV, vereadora).

Mas isso não é tão claro, pois, não sendo visualizada sob um potencial político e educativo, não pode ser reconhecida como estratégia de **“o poder público fazer essa discussão de forma educativa para a sociedade”** (EV, vereadora), de resgatar o potencial político, superando a noção de cidadania em que o sujeito se distancia desse papel (BERTASO, 2007). Ainda segundo (EV, Vereadora):

Algumas pessoas entenderam que era obrigado não comer carne na segunda-feira (...). No primeiro momento, tive que reformular o projeto porque as pessoas não entendiam. E aí, eu e os próprios colegas, (...) mostramos que não era obrigado e não podia ser obrigado, mas sim, era uma maneira educativa. E foi aí onde nós conseguimos aprovar, mas mesmo assim ainda houve votos contrários no momento.

Também a repercussão midiática em *sites* diversos tomou **“discussões muito grandes nas redes sociais, uns defendendo, outros debatendo, porque eles achavam que era obrigatória”** (EV, vereadora). Por meio de pesquisa feita no *site* de busca *Google* tendo como palavras-chave “Segunda sem carne em Teresina”, puderam-se identificar logo na primeira página: **“Teresina sem carne às segundas: até onde vai esse ‘fascismo do bem’?”**; e, **“Lei descabida proíbe a venda de carne vermelha às segundas-feiras em Teresina”**.

Conforme se observa, as matérias divulgam sobre a proibição da venda e do consumo de carnes às segundas-feiras. Essa repercussão do entendimento do que propõe a Lei contou com efeitos negativos para sua implementação, propagando-se distorções dos seus objetivos reais. Além de parecer ferir o que é insubstituível (ADANS, 2012), a referida Lei viria a

limitar as liberdades individuais, como elucida Nordgren (2012), ou seja, o direito de escolha do cidadão. Ou seria, do consumidor?

Canclini (1999) expõe que a concepção de consumidor ou cidadão não é suficiente para explicar as transformações acerca das concepções de cidadania e consumo. Tais termos sofrem um processo de reconstrução em todo o mundo “devido a mudanças econômicas e culturais, pelas quais as identidades se organizaram” (p. 14), de modo que “homens e mulheres [...] receberam sua resposta mais através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que nas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos” (p. 37).

Tal cenário pode ser entendido como uma despolitização dos ideais coletivos, mas, ao mesmo tempo, provocou um alargamento do conceito de cidadania, uma vez que o consumo passa a ser um lugar de reorganização identitária. Para Hall (2006), a identidade preenche o espaço entre o mundo pessoal e o mundo público, de maneira que o sujeito passa a internalizar os significados e valores de um mundo centrado no consumo.

Pode-se recorrer, ainda, ao momento em que o autor discute as possibilidades criadas por um consumismo global, por meio do qual surgiram as “‘identidades partilhadas’, ou ‘consumidores’ para os mesmos bens, ‘clientes’ para os mesmos serviços, ‘públicos’ para as mesmas mensagens e imagens” (HALL, 2006, p. 20), ainda que as pessoas estejam em contextos diferentes e distantes no espaço e no tempo.

É nesse espaço que a discussão sobre consumo de carnes se insere, dialogando entre os desejos e necessidades individuais que se transformam em demandas e em atos social e economicamente regulados, mesmo considerando as especificidades de dada cultura. Consumir carnes torna-se, pois, essencialmente, diferente do ato simples de comer carnes. E é isso que sugere ações políticas, como a proposição da Segunda sem Carne. Nessa perspectiva, os consumidores tomam a condição de cidadãos e o consumo pode ser considerado como uma apropriação coletiva do exercício de cidadania.

Assim, reconhecendo os limites e as possibilidades da “Segunda sem Carne” em Teresina, é possível compreender a iniciativa como um espaço que possibilite uma atuação política no âmbito do consumo de carnes e problematize como as esferas pública e privada estão vinculadas a um contexto mais amplo (HSI, 2013). Mas o que pensam os consumidores?

GF-2: Eu acho que seria significante um pouco se pusesse três dias e alguém fizesse. Mas um dia... (M: 21 anos) Eu entendo que um dia é

mais pra chamar atenção, fazer um *marketing* do contrário, vamos dizer assim... (F: 21 anos, Medicina).

GF-3: Eu acho assim, que as pessoas se levam muito pela mídia. (...) em ir com os outros. Mas assim, eu particularmente, já tenho as minhas segundas-feiras (...). Já de um tempo pra cá, a gente vem tentando reduzir o consumo (F: 57 anos). (...) pra nós, pra pessoa que já é acostumada assim, a comer carne, acho que... [risos] (...). Porque a pessoa ia alegar assim, ora mais! Porque é uma coisa assim que nem todo mundo é de acordo, né... (M: 44 anos). Já seria um paradigma, né? (M: 45 anos).

GF-4: É boa (M: 50 anos). Faz sentido (F: 43 anos). No meu caso num faz tanta diferença, porque eu já num como tanta carne (F: 69 anos).

As falas acima são trechos dos diálogos entre os participantes dos grupos focais. Percebe-se que embora a pertinência da Lei não tenha sido questionada, não é tão clara para esses consumidores, a contribuição de uma campanha como a “Segunda sem Carne”. No Grupo 2, os participantes se questionam sobre a repercussão e a significância que um dia da semana poderia garantir. Por que questionar toda uma hegemonia cultural para apresentar uma nova ideia que não será “comprada” por todos?

O Grupo 3 vê a campanha como um reflexo de uma construção midiática que tanto pode ter efeitos positivos como negativos. Isso porque “a melhor expressão do modo como o consumo se converteu em elemento de cultura acha-se na mudança radical sofrida pela publicidade, por essa época, quando passou a invadir tudo, transformando a comunicação inteira em persuasão” (MARTIN-BARBERO, 2008, p. 198-199). Portanto, qualquer ação que se direcione ao oposto, pode vir a ser entendida como uma polêmica doutrinária ou um paradigma. E não se pode determinar o que se deve ou não consumir em uma sociedade livre para o consumo.

Destaca-se o Grupo 4, com visões positivas sobre a promoção da campanha, mas é importante considerar a especificidade de um grupo que já apresenta redução significativa do consumo de carnes, em virtude de fatores relacionados à idade e a recomendações médicas e nutricionais. Essa relação com a saúde alimentar se apresenta também como uma preocupação em equilibrar o consumo e escolher e preparar o alimento de forma que não prejudique a saúde. A Segunda sem Carne, para este grupo, torna-se uma proposta interessante para que as pessoas se conscientizem da sua saúde. Com base nisso, o olhar de consumidor é preponderante por restringir-se aos aspectos individuais do consumo. É importante ressaltar que o sujeito vem sendo moldado, primeiramente, pelo dever de desempenhar o papel de consumidor (BAUMAN, 2007). Por conseguinte, seu exercício político se reduz.

O Grupo 1 compreende positivamente a iniciativa, se e somente se o verdadeiro objetivo for realmente **“a preocupação com o meio ambiente e a saúde, desde que haja algo efetivo, que sensibilize e conscientize a sociedade”** (F: 25 anos), uma vez que **“reflete a preocupação com o consumo exagerado”** (M: 34 anos) e propicia **“uma forma de perceber que existe outras alternativas na alimentação que possa substituir a carne e assim reduzir o consumo”** (F: 39 anos).

Sobre a campanha na cidade de Teresina, pôde-se constatar que nenhum dos participantes da pesquisa conhecia a Lei. Apenas dois tinham informações distorcidas a respeito, especificamente relacionadas ao caráter proibitivo:

GF-1: Mas pode vir um contra isso. Quem? Os empresários, porque se segunda-feira ninguém compra carne, eles não vão vender (...), então, tudo tem um confronto. Vai ter confronto desse lado (EV, M: 25 anos).

GF-3: É importante ser discutido, não como uma lei, mas uma propaganda, uma campanha educativa (EV, M: 38 anos).

A falta de esclarecimentos sobre a Lei e de ações educativas para sua divulgação foi apontada por todos os participantes como aspecto negativo e inibidor da visão positiva sobre a Segunda sem Carne em Teresina. Seguem alguns exemplos:

GF-1: Então, é preciso que se faça um movimento pra mostrar que existe uma lei, pro pessoal começar a entender (...) (EV, M: 25 anos).

GF-2: Num tem mídia pra lei nenhuma! A gente num sabe de lei nenhuma! Quanto mais... (F: 21 anos, Medicina). E como não foi trabalhado direito a lei, você dá margem pra falarem qualquer coisa dela (F: 24 anos).

Nota-se que assim como os participantes não tinham conhecimento da aprovação da Lei, também não foram impactados pelo conteúdo negativo apresentado pela mídia, pois não tiveram contato com as publicações, denotando o não interesse pela temática e a falta de acesso à informação no caso do Grupo 4. É possível ainda, problematizar a democratização das informações e do conhecimento ao relacionar o papel da mídia com seus interesses ideológicos e como campo político hegemônico da contemporaneidade (GUATTARI, 2001).

Em consonância com as observações dos participantes desta pesquisa, verifica-se que a “Segunda sem Carne” em Teresina precisa alcançar espaços de mobilização social, em âmbito local (PNUD, 2008), para sua real compreensão. Portanto, as declarações acima, permitem compreender que as estratégias de divulgação da “Segunda sem Carne” precisam inicialmente alcançar consumidores para, assim, alcançar o cidadão.

Outro ponto que gera questionamentos refere-se ao fato de que desde a aprovação da Lei, não foram realizadas ações educativas, conforme previsto na sua fundamentação, favorecendo o seu desconhecimento por parte da sociedade. Um dos motivos, na época de sua aprovação, é que **“ela foi aprovada depois do período que é pra ser a semana, que foi a primeira semana do mês de outubro”**; em seguida, houve **“dificuldade financeira pra fazer”**. No ano de 2014, não pôde ser realizada nenhuma ação, devido às eleições (EV, vereadora). E em 2015, também não ocorreu o seu cumprimento.

Segundo os participantes, um dos aspectos que merece atenção é como a população vai receber a Lei: **“Eu creio que poucos vão aderir, pelo menos aqui em Teresina”** (GF-2: EV, M: 25 anos), **“pois a carne vem fazendo parte da alimentação dos nordestinos. Além disso, numa cidade como Teresina, por exemplo, a proliferação de tanta churrascaria significa que o mercado consumidor só faz aumentar”** (GF-3: EV, M: 38 anos). Então, **“vai de frente com os fins econômicos”**. **“Também tem a ignorância por parte da população”** (GF-2, F: 21 anos, Biologia). E **“se você não conhece, você não pode defender”** (GF-1: EV, M: 25 anos). Igualmente, **“as pessoas têm muita resistência em mudanças”** e **“um dos prazeres da vida é comer”**. Portanto, parece que passa a ser um sacrifício (EV, vereadora) (NORDGREN, 2012; ADAMS, 2012).

Por essa razão, ainda é difícil compreender a relação entre a “Segunda sem Carne”, a cidadania e a questão ambiental. Além do mais, como o consumidor, embora reconhecendo a pertinência da Lei, não consegue percebê-la como importante **“na ordem de prioridades (...), [não se torna] algo urgente assim”** (GF-2, F: 21 anos, Medicina).

GF-2: Tem tantas outras coisas mais... (M: 19 anos) mais urgentes (F: 21 anos, Medicina), mais urgentes, como a segurança, como a saúde, como a educação (M: 19 anos). A gente é país de terceiro mundo. Num tem como discutir essas coisas mais... (F: 21 anos, Medicina). E os recursos também num estão tão escassos ainda, em relação a outros países (M: 19 anos).

Nesse diálogo do Grupo 2, é possível verificar que a “Segunda sem Carne” não é menos importante apenas em contexto isolado. Na verdade, a questão ambiental não provoca ainda, **“um sentimento de urgência”** (F: 21 anos, Medicina). Além disso, há uma visão reducionista do que seja a questão ambiental, pois não se reconhecem problemas sociais como ambientais. Esse diálogo também permite ponderar sobre a relação importante entre o nível de (in)formação e a percepção ambiental. Vale lembrar que este grupo foi composto por

universitários de áreas diversas, mas a formação acadêmica, como reforça Marin (2009), ainda se mantém em reducionismos que dificultam a imersão do sujeito no mundo vivido e, portanto, a tomada de consciência do mundo percebido (MERLEAU-PONTY, 1996).

Nesse cenário, não só a formação acadêmica molda os sentidos do sujeito. Como se sabe que a consciência perpassa pelo conjunto de experiências do sujeito, **“os formadores de opinião têm um papel importante, os meios de comunicação, os educadores. Nesse tocante, a própria religião também** (GF-3: EV, M: 49 anos). Então, acaba se tornando necessário “normatizar” um processo de conscientização, pois, **“na nossa sociedade, às vezes, precisa assim, de normas, de regulações, não sei. O ser humano precisa disso pra começar a se educar”** (F: 57 anos). Daí a importância do Poder Público na formação social e cultural de um povo:

GRF-1: Primeiramente o governo teria, os gestores teriam que é nos orientar, primeiramente eles teriam que ter essa preocupação de nos orientar, nos dar algo escrito, e daí fazer com que a gente também se preocupasse (M, 25 anos). Não dá pra forçar as pessoas a cumprir uma obrigação ética (ecológica ou qualquer outra), sem que seja pluralizada, debatida, internalizada e transformada em uma forma legal, ou um costume, uma tradição de dada sociedade (M: 29 anos).

Nesse sentido, pode-se ponderar sobre a relação entre os preceitos sociais de uma dada sociedade a partir de seus fundamentos legais, que delineiam maneiras de viver em coletividade, e se confluem com a existência particular do indivíduo. Essa troca se refere à vida em conjunto, de onde partem manifestações sociais, culturais, religiosas, econômicas, políticas e éticas, sem as quais o homem não existiria.

Em outras palavras, o indivíduo ou sujeito espera que lhe seja orientado como agir em sociedade. Neste agir, além de orientar-se por algum tipo de expectativa baseada nos regulamentos, supõe-se que estes venham a ser feitos justamente com o objetivo de que os homens ajam segundo suas determinações (RODRIGUES, 2007). E é aqui que a Segunda sem Carne enquanto lei se apresenta: na confusão entre o caráter orientador e educativo de uma lei e a interpretação de seu termo.

GF-2: Ia ser que nem Natal! Que nem Semana Santa... tipo, se pegasse moda, aí todo mundo ia fazer! Mas não exatamente por consciência própria! Aí, se realmente fosse feita uma boa campanha, de explicar, se a gente absorvesse, internalizasse o real motivo da campanha, aí sim, talvez... (F: 21 anos, Medicina).

De fato, torna-se mais cômodo pensar em mudanças quando o contexto exige, do que por um processo de consciência individual. A questão é que existe ainda, uma resistência em pensar sobre a realidade e aliá-la aos próprios hábitos. E a “Segunda sem Carne” confronta os hábitos individuais (NORDGREN, 2012) que, confrontados, aludem a impactos coletivos (PORTILHO, 2005).

Em suma, compreendendo-se o teor da Lei, verifica-se o seu aspecto político e ambiental. No entanto, conta-se com os desafios de superar as resistências sociais, culturais e econômicas que podem influenciar na sua implementação. Por isso, é importante identificar como os consumidores-cidadãos avaliam a proposta. Junto a isso, somam-se os desafios de gestão e ampliação do conhecimento, de modo que consiga alcançar uma representação positiva de ação reflexiva perante a sociedade. Para tanto, devem ser criadas estratégias de divulgação e abordagem da proposta, de maneira que os consumidores se apropriem de sua posição cidadã, inclusive, tomando conhecimento do teor da Lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Pensar globalmente e agir localmente”, como explicita Ulrich Beck, pode também significar olhar para além, em um fenômeno de aproximação com uma realidade maior, de comunicação com o mundo (MERLEAU-PONTY, 1996). Isso se contrapõe a uma realidade criada em que o sujeito é retirado da sua potência de ligação individual e coletiva, eximindo-o de uma posição de responsabilidade.

Neste artigo, buscou-se refletir sobre como os hábitos individuais sofrem uma interferência coletiva e, ao mesmo tempo, interferem coletivamente. Em constituição mútua, indivíduo e coletividade podem colaborar com a mudança de percepção em relação ao mundo.

Assim, a legislação transmite um aprendizado de uma geração à seguinte, transformando-se a partir da dinâmica dessa relação. Nesse cenário, pode-se incluir a “Segunda-feira sem Carne”, instituída como lei na cidade de Teresina, que aponta elementos para uma reconstrução de significados, enquanto proposta de educação e politização.

Conforme a pesquisa realizada, verifica-se a importância de que a implementação da Lei se constitua como um processo, que seja dinâmico e constante e que esteja em interação com a sociedade. Os grupos focais e as entrevistas com consumidores de carne possibilitaram informações importantes para compreender como os significados se manifestam e como a

percepção influi na realidade. Assim, foi possível verificar também, como tais consumidores percebem a proposição da “Segunda sem Carne”.

O Grupo 1 apresentou um nível de compreensão atrelado às suas características. Sendo composto por sujeitos que estão em constante contato com discussões ambientais, reconhecem a campanha ambiental como uma boa estratégia, desde que não seja impositiva.

O Grupo 2 constituiu o grupo mais jovem desta pesquisa e, portanto, transpareceu maior influência do atual contexto sociocultural. Puderam-se perceber resistências quanto à possível “interferência” no que se come. A “Segunda sem Carne” não adquire importância na realidade atual, tendo em vista outros problemas sociais que perpassam o contexto brasileiro. No entanto, a discussão em grupo demonstrou o início de um processo reflexivo que levou a contradições entre os participantes, sobre a urgência ou não da questão ambiental.

O Grupo 3 demonstrou uma relação maior com a necessidade de desenvolvimento de uma consciência particular, de reforma dos valores e atitudes de maneira individual. Essa concepção sofre, pois, influência de fundamentos religiosos ou filosóficos, através dos quais, o homem precisa desenvolver um grau de consciência para reformar-se moralmente e elevar o espírito. Portanto, a “Segunda sem Carne” adquire papel secundário e pode ser positiva dependendo de como será desenvolvida, pois a tarefa primeira é do homem individual. Mas, considerando as dificuldades na sociedade atual, pode vir a ser um meio de repensar os hábitos e contribuir para a reforma individual e social.

O Grupo 4 apresentou algumas limitações no debate sobre a questão, seja por seu menor nível de escolaridade e renda, seja por sua percepção está apenas e intimamente ligada aos aspectos da saúde, devido à idade. Portanto, a Segunda sem Carne torna-se uma proposta interessante para que as pessoas se conscientizem da sua saúde.

Em relação ao tripé “meio ambiente, animais e saúde” que fundamenta a campanha, observou-se que apenas os representantes Adventista e Santo Daime consideraram a campanha em sua tríplice. Em ordem de valor, o Grupo 1 ponderou a campanha quanto à importância “meio ambiente e saúde”. No Grupo 2, apresentaram-se divergências contemplando “saúde” ou “saúde e meio ambiente”. No Grupo 3 também predominou a relação “meio ambiente e saúde”, com destaque para o representante Adventista que considerou “saúde, animais e meio ambiente”, sequencialmente. E no Grupo 4, apenas “saúde”.

Desse modo, averigua-se que, enquanto estratégia político-ambiental, a Segunda sem Carne poderá enfrentar alguns desafios, pois, tomando o consumidor enquanto centro, para

uma posição de cidadão, as ações deverão partir das atuais concepções sobre o consumo de carnes, para explorar uma ampliação de sentidos. Faz-se necessário que também as instituições de ensino tomem um momento para pensar sobre a temática, no sentido de permitir uma reflexão que possibilite o desenvolvimento de uma percepção por meio da qual esse consumidor possa assumir-se sócio-histórico, político e ético.

Trabalho enviado em Maio de 2016
Trabalho aceito em julho de 2016

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CARNE É FRACA. Documentário. Instituto Nina Rosa - **Projetos por amor à vida**. 2005.

Direção: Estela Renner e Denise Gonçalves. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=euvdedl-qso>. Acesso em 15 de julho de 2013.

ADAMS, Carol. J. **A política sexual da carne**: a relação entre o carnivorismo e a dominância masculina. 1º ed. São Paulo: Alaúde Editorial, 2012.

ALVES, V. E. L. As bases históricas da formação territorial piauiense. **Geosul**, v. 18, n. 36, p. 55-76, 2003.

ANDRADE, M. C. de. **Formação territorial e econômica do Brasil**. Editora Massangana. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2007.

BACKES, Dirce S. et al. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O Mundo da Saúde**, v. 35, p. 438-442, 2011.

BARBOSA, Lívia. Comida e sociabilidade no prato do brasileiro. In: Barbosa, Lívia; PORTILHO, Fátima; VELOSO, Letícia (Orgs). **Consumo: Cosmologias e Sociabilidades**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seroédica, RJ: EDUR, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BERTASO, João M. Cidadania e sensibilidade na Ecologia Política. **Revista Direitos Culturais**, v. 1, n. 2, 2007. Disponível em: <http://livros-e-revistas.vlex.com.br/vid/cidadania-sensibilidade-ecologia-politica-213237637>. Acesso em 23 de setembro de 2015.

BRASÍLIA. **Vigitel Brasil 2014**. Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico. 2015. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2014.pdf. Acesso em 30 de julho de 2016.

CANCLINI, Néstor G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CASCUDO, L. C. **História da alimentação no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.

COSTA, M. F. Consumo alimentar: discurso científico em anúncios publicitários. **Contemporânea**, v. 7, n. 3, p. 130-140, 2009.

DIAS, Cláudia A. Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação Sociedade**, v. 10, n. 2, 2000.

ECHEGARAY, Fabián. Votando na prateleira: a politização do consumo na América Latina. **Opinião Pública**, v. 18, n. 1, 2012.

ECOFIT CLUB. **Segunda-feira sem carne, uma iniciativa em benefício das pessoas, animais e do planeta**. 2013. Disponível em: <http://www.ecofit.com.br/noticias/193-segunda-feira-sem-carne-uma-iniciativa-em-beneficio-das-pessoas-animais-e-do-planeta>>. Acesso em 20 de agosto de 2014.

FONTENELLE, Isleide A. Consumo ético: construção de um novo fazer político? **Revista Psicologia Política**, v. 6, p. 01-21, 2007.

GATTI, Bernardete A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. 12 ed., Campinas: Papirus Editora, 2001.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed., Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HUMANE SOCIETY INTERNATIONAL-HSI. *HSI pede mais bem-estar animal e redução do consumo de carnes*. 2013. Disponível em: http://www.hsi.org/portuguese/2013/10/produo_animal_um_dos.html>. Acesso em 20 de Setembro, 2014.

KITZINGER, Jenny; BARBOUR, Rosaline S. Introduction: the challenge and promise of focus groups. In: BARBOUR, Rosaline S. *Grupos focais*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LARSSON, S. C.; VIRTAMO, J.; WOLK, A. Red meat consumption and risk of stroke in Swedish men. **American Journal of Clinical Nutrition**, v. 94, p. 417-21, 2011.

LEOPARDI, Maria T. **Metodologia da Pesquisa na Saúde**. Santa Maria: Pallotti, 2001.

MARIN, Andreia A. A percepção no logos do mundo estético: contribuições do pensamento de Merleau-Ponty aos estudos de percepção e educação ambiental. **Interações**, v. 11, p. 48-66, 2009.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Das massas à massa. In: MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MINAYO, Maria C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MINTZ, Sidney W. **Comida e Antropologia: uma breve revisão**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 16, n. 47, 2001.

NORDGREN, Anders. Ethical issues in mitigation of climate change: the option of reduced meat production and consumption. **Journal of agricultural environmental ethics**, v. 25, p. 563-584, 2012.

OLIVEIRA, Wesley F. de. Ética, Alimentação e Meio Ambiente. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 5, p. 879-896, 2009.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Guias para o gerenciamento dos riscos sanitários em alimentos**. Cap. 5. Piauí. Carne de Sol. Rio de Janeiro: Área de Vigilância Sanitária, Prevenção e Controle de Doenças - OPAS/OMS, 2009.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008**. 2008. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/HDR/arquivos/RDH>. Acesso em 27 de abril de 2014.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

RODRIGUES, Alberto T. **Sociologia da Educação**. 6 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA-SÁNCHEZ, Solange S. Política de meio ambiente no Brasil: a construção da cidadania ambiental. **Plural: Sociologia**, v. 6, n. 2, p. 20-46, 1999.

SMEHA, Luciane N. Aspectos epistemológicos subjacentes à escolha da técnica do grupo focal na pesquisa qualitativa. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 1, n. 2, p. 260-268, 2009.

TERESINA. Prefeitura Municipal de Teresina. Lei nº 4.411, de 17 de junho de 2013. Institui no calendário oficial de eventos de Teresina, o Dia da “Segunda sem Carne”. **Diário Oficial da União: Piauí**, 2013.

VIRGÍNIO, Nereide de A.; NÓBREGA, Maria M. L. da. Técnica de Grupo Focal: caracterizando a estratégia. **Facene/Famene**, v. 10, n. 1, p. 75-82, 2012.

AGRADECIMENTOS

Aos participantes desta pesquisa, especialmente, à vereadora Teresa Britto, por sua disponibilidade em contribuir com esta temática na cidade de Teresina-PI.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da UFPI.